

ACESSIBILIDADE WEB DOS PORTAIS DOS GOVERNOS ESTADUAIS DA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL.

BÁRBARA RODRIGUES MENDES¹
JAIR CHACON ABREU DA SILVA²
KENIFER DE SOUZA LACERDA³
LUCIANO GONÇALVES DE CARVALHO⁴

RESUMO

A comunicação tem se tornado uma das principais chaves em relação ao desenvolvimento da sociedade, que segue acompanhando os avanços tecnológicos. Visando uma sociedade que, por meio de uma comunicação lúcida e de boa qualidade formada por uma gestão pública, seus indivíduos possam entender os seus direitos, deveres e sobretudo conhecer programas sociais e ações, de forma a promover crescimento como sociedade e nação. Com o rápido avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação, as informações destas ações públicas alcançam cada dia mais a população, é importante que os portais governamentais façam a disponibilização de sites acessíveis e com informações transparentes para inclusão de todos. No Brasil, a maior parte da população está concentrada na região sudeste e por isso este trabalho apresenta uma análise e avaliação dos portais web dos Governos Estaduais da Região Sudeste do Brasil e seus dados de acessibilidade, auditados pela ferramenta Access Monitor, no intuito de apresentar ao leitor os pontos de falha e sucesso e fomentar possíveis pontos de melhorias nessas páginas.

Palavras-chave: Acessibilidade; Governo estadual; Sudeste; Website.

ABSTRACT

Communication has become one of the main keys in relation to the development of society, which continues to follow technological advances. Aiming for a society that, through lucid and good quality communication formed by public management, its individuals can understand their rights, duties and above all know about social programs and actions, in order to promote growth as a society and nation. With the rapid advancement of Information and Communication Technologies, information from these public actions reaches more and more people every day, it is important that government portals provide accessible websites with transparent information for the inclusion of everyone. In Brazil, the majority of the population is concentrated in the southeast region and therefore this work presents an analysis and evaluation of the web portals of State Governments in the Southeast Region of Brazil and

¹Graduanda em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes – FATEC-MC. E-mail: rodriguessbarbara@hotmail.com

²Graduando em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes – FATEC-MC.

³Graduanda em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes – FATEC-MC.

⁴Docente em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Faculdade de Tecnologia de Mogi das Cruzes – FATEC-MC.

their accessibility data, audited by the Access Monitor tool, in order to present the reader the points of failure and success and encourage possible points of improvement on these pages.

Key words: Accessibility; Southeast; State government; Website.

INTRODUÇÃO

A internet desempenha um papel cada vez mais central e importante na vida de pessoas do mundo todo desde o seu avanço acelerado no século XXI, e hoje é o meio principal de comunicação e acesso a informações. A internet é tanto um mecanismo de disseminação de informação e divulgação mundial quanto um meio para colaboração e interação de indivíduos e seus computadores, independentemente de suas localizações geográficas (CASTELLS, 2003).

Hoje, os cidadãos brasileiros conseguem se informar a partir dos portais disponibilizados pelo governo federal e estadual, pois estes promovem a inclusão do cidadão na comunidade a partir de divulgação de notícias, eventos, campanhas e projetos sociais e políticos.

Dessa forma, é essencial que esses portais governamentais sejam intuitivos e acessíveis para toda a população, já que é garantido no Brasil pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (nº 13.146, de 16 de julho de 2015) que todos devem possuir o direito de acesso à informação e comunicação digitalmente, além da autonomia e segurança nesse meio virtual (BRASIL, 2015).

Nesse contexto, as diretrizes de acessibilidade desempenham um papel crucial, pois oferecem princípios e critérios mínimos para que uma aplicação online possa ser considerada acessível.

Diante desse cenário, o presente artigo visa apresentar uma análise comparativa de acessibilidade digital dos portais estaduais dos quatro estados da região Sudeste do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais), a partir das Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web (WCAG) 2.2, criada pela W3C (Consórcio World Wide Web) e, a partir das análises, demonstrar se essas diretrizes são devidamente aplicadas em tais domínios.

Diretrizes de acessibilidade para conteúdo da web

Os princípios estabelecidos na WCAG, desenvolvidas pelo W3C desempenham um papel fundamental na construção de um ambiente digital inclusivo e acessível a todas as pessoas. Essas diretrizes adotadas mundialmente são grupos de recomendações e critérios técnicos que orientam designers e desenvolvedores na elaboração de websites, aplicativos e outros recursos digitais que sejam acessíveis a todos os usuários.

Esses critérios e recomendações são organizados nos seguintes níveis de conformidade: Nível A (representa o nível mínimo para que alguns usuários com deficiências possam acessar e utilizar o conteúdo web), Nível AA (indica acessibilidade geral e a remoção de barreiras significativas para o acesso ao conteúdo) e Nível AAA (proporciona melhorias e aprimoramentos adicionais na acessibilidade para alguns usuários com deficiências).

Com o intuito de garantir que o conteúdo digital seja devidamente compreendido e interpretado pelos usuários, as diretrizes também são baseadas em quatro princípios fundamentais: Perceptível, Operável, Compreensível e Robusto.

O princípio Perceptível exige que informações e componentes da interface precisam estar disponíveis para percepção do usuário. Este princípio tem como base assegurar que o usuário tenha formas alternativas de receber e entender uma informação não textual ou sonora.

Em relação ao princípio Operável, os componentes de interface e navegação do usuário precisam ser operáveis, exigindo que processos e resultados sejam alcançáveis através da ação do usuário pelo teclado, além de simplificar a navegação e localizar os conteúdos das páginas.

Já no princípio Compreensível é solicitado que a informação e operação da interface sejam compreensíveis, sendo necessário tornar todo o conteúdo textual legível.

Por fim, no princípio Robusto é proposto que todo o conteúdo seja satisfatoriamente construído para ser interpretado de forma confiável, inclusive por tecnologias assistivas.

MATERIAL E MÉTODOS

Para o desenvolvimento do presente artigo foi analisado a conformidade de portais governamentais de quatro estados que compõem a região Sudeste do Brasil: Espírito Santo (<https://www.es.gov.br/>), Rio de Janeiro (<https://www.rj.gov.br/>), Minas Gerais (<https://www.mg.gov.br/>) e São Paulo (<https://www.saopaulo.sp.gov.br/>).

Para avaliar a acessibilidade desses portais foi utilizado a ferramenta automática Access Monitor, exibindo todos os critérios do WCAG 2.2 do nível de conformidade A, garantindo uma acessibilidade mínima. Também foram realizadas análises manuais quando a análise automática não se mostrou satisfatória no que se refere à aprovação ou falha do critério.

Os resultados detalhados dessa análise serão organizados em quatro quadros distintos, um para cada princípio de acessibilidade e seus respectivos critérios de conformidade, que apresentam a obtenção de sucesso (Passou), falha (Reprovou), se o critério obteve resultado parcialmente acessível, com pontos de sucesso e falha (Em partes) ou se não foi possível fazer a análise por falta de funcionalidades nos portais (Sem dados).

Em cada quadro, os endereços dos sites governamentais avaliados serão representados a partir das siglas dos estados, Espírito Santo (ES), Rio de Janeiro (RJ), Minas Gerais (MG) e São Paulo (SP).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como citado anteriormente, cada princípio representa pilares cruciais para a acessibilidade na web, desdobrados em diferentes dimensões de compreensão, denominados critérios de acessibilidade.

No Quadro 1 é apresentado o resultado da avaliação das quatro plataformas em relação ao princípio Perceptível, sendo este o que contém maior número de

Acessibilidade web dos portais dos governos estaduais da região sudeste do Brasil.	Bárbara R. Mendes; Jair C. A. da Silva; Kenifer de S. Lacerda; Luciano G. de Carvalho
--	---

critérios de acessibilidade e, conseqüentemente, o que mais interfere no resultado final de avaliação de acessibilidade dos *websites*.

Quadro 1. Avaliação automática do princípio Perceptível.

	ES	RJ	MG	SP
1.1.1 - Conteúdo não textual	Em partes	Em partes	Passou	Passou
1.2.1 - Apenas áudio ou apenas vídeo	Sem dados	Reprovou	Sem dados	Reprovou
1.2.2 - Legendas	Sem dados	Em partes	Sem dados	Em partes
1.2.3 - Audiodescrição ou mídia alternativa	Passou	Passou	Passou	Passou
1.3.1 - Informações e Relações	Passou	Passou	Passou	Passou
1.3.2 - Sequência com significado	Passou	Passou	Passou	Passou
1.3.3 - Características sensoriais	Passou	Passou	Passou	Passou
1.4.1 - Utilização de cores	Passou	Passou	Passou	Passou
1.4.2 - Controle de áudio	Sem dados	Passou	Sem dados	Reprovou

Fonte: Os autores.

É possível observar no Quadro 2 resultados variados nos diferentes critérios em portais governamentais, com diferentes aprovações, reprovações e resultados nulos, em que não foi possível identificar e avaliar o critério no website.

No primeiro quadro, o foco está na percepção do conteúdo, com critérios de avaliação de elementos não textuais, como imagens e vídeos, para que seja possível que todos os usuários possam compreender a informação. Embora a maioria dos

Acessibilidade web dos portais dos governos estaduais da região sudeste do Brasil.	Bárbara R. Mendes; Jair C. A. da Silva; Kenifer de S. Lacerda; Luciano G. de Carvalho
--	---

critérios tenha sido atendida, as falhas identificadas, como o controle de áudio em São Paulo (SP), indicam áreas específicas que ainda demandam aprimoramento.

Quadro 2. Avaliação automática do princípio Operável.

	ES	RJ	MG	SP
2.1.1 - Teclado	Reprovou	Reprovou	Em partes	Passou
2.1.2 - Sem bloqueio de teclado	Passou	Passou	Passou	Em partes
2.1.4 - Atalhos de teclado por caractere	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2.2.1 - Ajustável por limite de tempo	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2.2.2 - colocar em pausa, para ou ocultar	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2.3.1 - Três flashes ou abaixo do limite	Passou	Passou	Passou	Passou
2.4.1 - Ignorar blocos	Reprovou	Reprovou	Reprovou	Reprovou
2.4.2 - Página com título	Passou	Passou	Passou	Passou
2.4.3 - Ordem do foco	Passou	Passou	Passou	Passou
2.4.4 - Finalidade do link	Passou	Passou	Passou	Passou
2.5.1 - Gestos de acionamento	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados
2.5.2 - Cancelamento de acionamento	Passou	Passou	Passou	Passou
2.5.4 - Atuação em movimento	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados

Fonte: Os autores.

O Quadro 3 apresentado concentra-se na linguagem, na clareza das instruções e na identificação de erros, e obteve aprovação na maioria de seus critérios.

Acessibilidade web dos portais dos governos estaduais da região sudeste do Brasil.	Bárbara R. Mendes; Jair C. A. da Silva; Kenifer de S. Lacerda; Luciano G. de Carvalho
--	---

Quadro 3. Avaliação automática do princípio Compreensível.

	ES	RJ	MG	SP
3.1.1 - Idioma da página	Passou	Passou	Passou	Passou
3.2.1 - Em foco	Passou	Reprovou	Passou	Passou
3.2.2 - Em entrada	Passou	Passou	Passou	Passou
3.2.6 - Ajuda consistente	Passou	Passou	Passou	Passou
3.3.1 - Identificação do erro	Passou	Passou	Passou	Passou
3.3.2 - Rótulos e instruções	Passou	Passou	Passou	Passou
3.3.7 - Entrada Redundante	Passou	Passou	Passou	Passou

Fonte: Os autores.

Por fim, no Quadro 4, a avaliação da robustez do conteúdo revela a capacidade do material em ser interpretado por diferentes tecnologias de assistência.

Quadro 4. Avaliação automática do princípio Robusto.

	ES	RJ	MG	SP
4.1.2 - Nome, função, valor	Em partes	Passou	Passou	Passou

Fonte: Os autores.

É possível observar que a maioria dos critérios de acessibilidade foi atendido em todas as avaliações de todos os critérios, demonstrando que os sites seguem

boas práticas de acessibilidade, no entanto há diversos erros de HTML que poderiam ser rapidamente corrigidos seguindo as normas WCAG 2.2.

CONCLUSÃO

Com os dados obtidos dos portais dos Governos Estaduais da Região Sudeste do Brasil conseguimos realizar a verificação dos critérios de qualidade de uma página web, onde foi possível constatar a existência de condições para aumentar a qualidade da página tanto em portais que utilizam os critérios das normas do Guia WGAC quanto nas outras tecnologias mapeadas neste trabalho.

Dos portais que formam a Região Sudeste do Brasil, estes majoritariamente são adeptos dos princípios e critérios, seguindo as práticas mínimas de acessibilidade na web. Nos critérios que apresentaram falha, normalmente obtiveram esse resultado um ou mais dos portais, sendo possível observar que estes *websites* possuem as mesmas falhas e acertos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Access Monitor Plus. Disponível em: <<https://accessmonitor.acessibilidade.gov.pt/>>. Acesso em: 16/10/2023.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: <<https://planalto.gov.br/>>. Acesso em: 01/10/2023.

CASTELLS, M. **Internet e sociedade em rede**. In: MORAES, Dênis de (org.). Por uma outra comunicação. Rio: Record, 2003. p. 255-287.

Guia WCAG | Guia de consulta rápida. Disponível em: <<https://guia-wcag.com/>>. Acesso em: 30/10/2023.

SALES, M. **Guia WCAG (2018)**. Disponível em: <<https://guia-wcag.com/>>. Acesso em: 09/10/2023.